



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL

TERMO DE REFERÊNCIA EJE Nº 004/2023

Objeto: Curso RETROSPECTIVA 2022 E EXPECTATIVAS PARA 2024 EM PROPAGANDA POLÍTICA E ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO

| ITEM | DESCRIÇÃO | ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA |
|------|------------------------|--|
| 01 | Divulgação | Novembro de 2023 |
| 02 | Inscrição | 10 a 20 de novembro de 2023 |
| 03 | Período de realização | 1º de dezembro 2023 (3 horas-aula, turno matutino, das 10 às 13 horas) |
| 04 | Modalidade | Presencial |
| 05 | Carga horária | 3 horas/aula (hora-aula: 60 m) |
| 06 | Quantidade de vagas | 120 vagas |
| 07 | Local de realização | Plenário da Sede do TRE/RN, Natal/RN ou auditório do COJE |
| 08 | Público alvo | Juizes e servidores do TRE/RN |
| 09 | Instrutor/Qualificação | Alexandre Coura Basílio |
| 10 | Quantidade de turmas | Turma única |
| 11 | Ementa | 1.1 O cenário geral da propaganda eleitoral em 2022. 1.2 As mudanças introduzidas pela propaganda pelas mídias sociais – o impacto da internet. 1.3 O ódio na internet, a polarização, anonimato e a violência. 1.4 Ordens judiciais de remoção de conteúdo – Interferência mínima da Justiça Eleitoral. 2.1 Impulsioneamento. 2.2 Regras sobre o impulsioneamento: denominação, mensagem propositiva, contratação direta e dados do contratante. 2.3 Investimento dos candidatos em Mídias sociais x Resultado das Eleições. 3.1 Poder de Polícia do magistrado: infrações eleitorais relacionadas à propaganda na internet. 3.2 Multas para infrações eleitorais. 4 - Inteligência artificial e Propaganda Política - desafios x ausência de regulamentação. 5 - Remoção/suspensão de conteúdo digital desinformativo. |
| 12 | Objetivos | Apresentar reflexões sobre os principais paradigmas identificados na propaganda eleitoral nas Eleições Gerais 2022, em especial à evolução digital, e como essas dificuldades repercutirão nas Eleições Municipais 2024. |
| 13 | Conteúdo programático | <ul style="list-style-type: none">• Modalidades de propaganda eleitoral.• Particularidades da propaganda em meios digitais.• Regramento jurídico e atuação do Poder Judiciário.• Desafios ao combate à propaganda antinormativa. |
| 14 | Metodologia | A metodologia pedagógica aplicável é a capacitação através de aula expositiva, com amplo espaço para interação e perguntas. A atividade formativa contemplará o uso de vídeos, apresentações de slides e poderá envolver atividades práticas, como a resolução de casos ou simulações, a depender do plano de curso que será montado por cada formador. |
| 15 | Avaliação | de Avaliação contínua, mediante a observação do docente, no decorrer das ações em aula: participação de cada cursista, pertinência das observações, atenção e |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL

| | | |
|----|--------------|--|
| | aprendizagem | envolvimento com os temas e estratégias utilizadas. Observação da participação dos discentes nas discussões desenvolvidas no decorrer da aula e sua contribuição para a construção da reflexão sobre o material proposto. |
| 16 | Bibliografia | <p>ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. Tradução Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros. 2008.</p> <p>BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.</p> <p>BRASIL, Código Penal. Decreto-Lei No 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. Disponível em: Acesso em: 16 dez 2021.</p> <p>BUCCI, Maria Paula Dallari. Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas. 1ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2013</p> <p>BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.</p> <p>CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. 1994.</p> <p>DINIZ, Debora. Esperança Feminista. 1 ed, Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2022</p> <p>FEDERICI, Sílvia. O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.</p> <p>_____, Sílvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.</p> <p>LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. Cultrix: São Paulo, 2019.</p> <p>MOREIRA, Adilson José. Tratado de Direito Antidiscriminatório. Vol. I. São Paulo: Contracorrente, 2020.</p> <p>SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.</p> <p>SARMENTO, Daniel. A Ponderação de Interesses na Constituição Federal. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.</p> |